



Muito além da “caixinha feminista”: o jornalismo com perspectiva de gênero em portais independentes

Nayara Nascimento de Sousa¹

Universidade Federal do Maranhão

Resumo: O trabalho analisa as concepções sobre Jornalismo Feminista para quatro mulheres jornalistas que produzem conteúdo com perspectiva de gênero em portais independentes. Para tanto, utilizamos a abordagem qualitativa na análise comparativa dos dados, coletados entre 22 de outubro a 22 de novembro de 2019, pelas técnicas da entrevista semiestruturada e aplicação de questionário. Os resultados indicam que as profissionais produzem conteúdo com enfoque de gênero, priorizando a interseccionalidade nos temas e nas fontes, e se contrapondo à mídia tradicional, características ligadas ao Jornalismo Feminista – conforme a literatura aponta. Entretanto, as jornalistas se distanciam do termo Jornalismo Feminista, relacionando-o muito mais às pautas consideradas “feministas”, do que como uma forma transversal de produção de conteúdo, o que nos leva a crer que a terminológica pode ter sido estereotipada.

Palavras-chave: Jornalismo Feminista; mulheres; gênero; interseccionalidade; jornalismo independente.

1. Introdução

Em tempos de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o jornalismo têm papel fundamental de informar a população. Para a UNESCO (2020), o jornalismo pode fornecer informações confiáveis e combater mitos e rumores sobre a doença, ao passo que, sem esse serviço, o conteúdo falso pode se espalhar.²

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz-MA. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (COPS). E-mail: nayara.nns@hotmail.com

² “Journalism is key to supplying credible information within the wider “infodemic”, and to combating the myths and rumours. Without it, false content can run rampant.” (UNESCO, 2020, p. 2)

Diante da pandemia, as mulheres necessitam de atenção especial na cobertura jornalística, tendo em vista que constituem uma população vulnerável. Segundo o relatório “Mulheres em tempos de pandemia: os agravantes de desigualdades, os catalisadores de mudanças”, elaborado pelo coletivo Think Olga³, há três problemas centrais que precisam ser levados em consideração nesse contexto: violência, saúde e economia/trabalho. De acordo com a ONU Mulheres (2020)⁴, os impactos pandêmicos são diferentes para mulheres e homens, como, por exemplos: as mulheres são mais afetadas no trabalho não-remunerado; aumento da violência doméstica; e diminuição dos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

O Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) lançou o “Guia de Cobertura Ética da Covid-19” (2020)⁵, indicando que, entre outros aspectos, deve-se observar se condições étnicas, de classe social e gênero permitem uma apuração mais ampla, atenta e condizente com a realidade.

Vecchio-Lima e Souza (2017) explicam que a mídia é um espaço que, em tese, deveria privilegiar um olhar feminino, já que as mulheres formam a maior parte de quem produz jornalismo⁶. Porém, a progressiva feminização das redações não é acompanhada dos conteúdos pensados para as mulheres (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017).

Abreu e Rocha (2006) discorrem que, em geral, as pautas definidas pelas mulheres não priorizam temas femininos ou que poderiam interessar à esse público. Costa (2018) complementa que, mesmo quando as mulheres aparecem na mídia tradicional, é de maneira estereotipada, com preferência para as vozes daquelas que são brancas, de classe média e heterossexuais.

Na contramão desse quadro, a imprensa independente se constitui num espaço para que as mulheres ofereçam um jornalismo que se contrapõe à essa heteronormatividade. Vecchio-Lima e Souza (2017) indicam que a mídia independente tem potencial

³ Disponível em: <https://thinkolga.squarespace.com/>

⁴ Relatório “Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta”. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf

⁵ Disponível em: https://objethos.files.wordpress.com/2020/07/guia_covid_objethos.pdf

⁶ Segundo a pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro”, realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 2012, as mulheres representam 64% das/dos jornalistas, enquanto 36% são homens. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>

para produzir conteúdo que supere estereótipos, a partir da visibilidade e empoderamento social das mulheres.

Nesse sentido, o Jornalismo Feminista se configura em proposta de produção transversal que tenha a mulher como protagonista, desde a repórter, passando pela pauta, até a fonte. A partir de trabalhos que analisam portais feministas independentes (COSTA, 2018; VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017), elencamos as principais características do Jornalismo Feminista: contraposição à mídia hegemônica; abordagem dos conteúdos sob a perspectiva de gênero no sentido interseccional; prioridade pelas mulheres como repórteres, fontes, nas ilustrações e imagens utilizadas, nas pautas, temas e no enfoque.

Assim, a finalidade deste trabalho é analisar as concepções de Jornalismo Feminista entre jornalistas que produzem conteúdos sob a perspectiva de gênero em portais nativos digitais independentes. A pesquisa visa contribuir com o preenchimento da lacuna de trabalhos que considerem o Jornalismo Feminista para além de iniciativas especializadas.

O estudo se justifica pela necessidade de verificar o que está sendo desenvolvido por jornalistas que articulam jornalismo e gênero fora da mídia hegemônica (COSTA, 2018), e também ultrapassando os portais especializados. Ao mais, Escosteguy (2018) aponta que os trabalhos voltados para a mídia com viés feminista ainda são incipientes no Brasil, Sarmiento (2017) reforça que a relação entre a mídia e o feminismo precisa de reflexões, e Coruja (2018) indica que há poucos estudos que associam comunicação e feminismo.

A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e análise comparativa com abordagem qualitativa, a partir dos dados coletados pela entrevista semiestruturada e questionário entre 22 de outubro a 22 de novembro de 2019. Foram selecionadas quatro jornalistas que atuam em portais nativos digitais independentes e não feministas, sendo elas: Paloma Vasconcelos (Ponte Jornalismo), Débora Britto (Marco Zero Conteúdo), Nayara Felizardo (The Intercept Brasil) e Martha Raquel Rodrigues (Jornalistas Livres).

2. Referencial teórico

O Jornalismo Feminista surgiu no século XIX, sob o bojo da imprensa alternativa, e têm relação direta com o ingresso das mulheres na educação formal – foi quando as mulheres conseguiram acesso ao ensino formal, embora algumas pertencentes às classes dominantes já dispunham de uma instrução particular, porém, ainda assim, voltada para a formação de “boas esposas” (DUARTE, 2017; COSTA, 2018). Nesse sentido, o letramento possibilitou que elas pudessem ingressar na imprensa.

Duarte (2017) se destaca entre os principais estudos sobre a história da imprensa feminina e feminista, com o livro “Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX”, que apresenta 143 jornais e revistas que circularam no país durante o período em questão, tanto de autoria de mulheres, quanto de homens. A autora explica que os temas das publicações eram diversos, e que os primeiros periódicos dirigidos por mulheres não debatiam sobre as questões de gênero, mas a política. Já os materiais conservadores falavam sobre o papel da mulher no ambiente doméstico e o cuidado com o marido e os filhos.

É importante ressaltar que a imprensa feminista esteve lado a lado da feminina, de forma que o jornalismo feminino nasceu com o propósito de tratar de questões consideradas tipicamente femininas, como moda, beleza, educação dos filhos, sexo e carreira profissional, e a feminista problematizava a condição da mulher, questionando a política e reivindicando os direitos à educação, propriedade, ao voto e trabalho fora do lar (WOITOWICZ, 2008; BANDEIRA, 2015; DUARTE, 2017).

No século XX, sem a visibilidade necessária na mídia tradicional, as feministas ressurgem na imprensa alternativa a partir da década de 1970, no período da Ditadura Militar, quando são criados diversos espaços que oportunizaram as vozes das mulheres, como jornais alternativos, revistas, rádio, cinema, etc. (WOITOWICZ, 2012). Costa (2018, p. 91) aponta que “as feministas passaram a utilizar os jornais e revistas como forma de divulgar as suas lutas e buscar mais adeptas para as suas mobilizações”.

Sobre esse período, Santos (2018) explica que o movimento feminista começou a visualizar a oportunidade de abordar diferentes pautas na mídia alternativa, como sexualidade, saúde, violência de gênero, etc. A autora ressalta que, através de folhetins, grupos de estudo, cinema, etc., essas iniciativas pouco a pouco foram se espalhando fora do eixo Rio-São Paulo.

Chegando ao século XXI, o desenvolvimento da internet e o maior acesso às mídias digitais proporcionaram um alastramento do Jornalismo Feminista (FELDMANN, 2018). Costa (2018) destaca o papel do jornalismo independente online no desenvolvimento de conteúdos que normalmente não são pautas da mídia tradicional, como gênero, racismo, homofobia, situação dos povos indígenas, violência no campo, sustentabilidade, etc. Santos (2018) também aponta que o feminismo se articula à outros movimentos, como indígena, LGBTQ+, ecológico, negro, e a noção da mídia enquanto espaço de luta, especialmente a alternativa, volta a ser considerada.

A partir de trabalhos que analisaram o Jornalismo Feminista em portais especificamente feministas (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017; COSTA, 2018; ROCHA; DANCOSKY, 2018), é possível apontar semelhanças entre essas iniciativas: contraposição à mídia hegemônica e heteronormativa; abordagem dos conteúdos sob a perspectiva interseccional; prioridade pelas mulheres como repórteres, fontes, nas pautas, temas, enfoque, além das ilustrações e imagens utilizadas.

É interessante citar o trabalho de Rocha e Dancosky (2018), que analisa portais independentes feministas, mas os definem como sites jornalísticos com perspectiva de gênero. As autoras apontam as mesmas características do Jornalismo Feminista nas matérias analisadas, como a autoria feminina, a preferência por mulheres como fontes, a aversão à lógica patriarcal, porém adotando uma outra nomenclatura.

Pensando em analisar como as jornalistas feministas que atuam em portais independentes, para além de coletivos demarcados como feministas, entendem as especificidades do conteúdo produzido sob a perspectiva de gênero, esta pesquisa verifica se a concepção dessas mulheres se aproxima das características apontadas pelo Jornalismo Feminista.

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa segue a abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico e análise comparativa dos dados, coletados a partir da técnica da entrevista semiestruturada e aplicação de questionário.

Para delimitar as fontes da pesquisa, utilizamos o Mapa do Jornalismo Independente – projeto desenvolvido pela Agência Pública em 2016⁷ –, assim como estudos semelhantes, com o diferencial de que os trabalhos que abordam esse tipo de produção consideram quase sempre apenas portais especializados (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017; COSTA, 2018; ROCHA; DANCOSKY, 2018). Interessa-nos aqui identificar as iniciativas independentes não exclusivamente feministas e que contam com jornalistas que produzem conteúdo sob a perspectiva de gênero.

Dessa forma, utilizamos os seguintes critérios no mapeamento dos portais: 1) coletivos independentes nativos digitais não exclusivamente feministas, mas que possuem esse viés em parte das publicações⁸; 2) as matérias divulgadas são assinadas, para que pudéssemos saber quem produz; 3) têm mulheres jornalistas que identificam na biografia⁹ que são repórteres com foco em pelo menos uma dessas abordagens: “gênero”, “feminismo”, “direitos humanos”, “LGBTQ+”, sendo que elas podem ou não publicar outras matérias sem esse enfoque; 4) também incluímos no levantamento alguns portais que não tivessem a biografia da equipe, ou que as jornalistas não descreviam claramente o foco de trabalho, mas que era possível perceber a perspectiva de gênero nas matérias a partir da verificação do conteúdo dos sites¹⁰; 5) por fim, preferencialmente as jornalistas tinham que ser feministas, por entendermos que a vivência nos movimentos sociais pode ter relação direta com a produção do conteúdo nos portais – quando não era declarado na biografia das profissionais, conseguíamos supor se eram feministas pesquisando em seus perfis nas redes sociais (onde geralmente elas deixam isso mais claro), e a confirmação dessa informação se deu quando entramos em contato com as profissionais.

Os seguintes coletivos são alguns daqueles em que identificamos a presença de jornalistas com os critérios apontados: Agência Pública, The Intercept Brasil, Jornalistas Livres, Marco Zero Conteúdo, Ponte Jornalismo, Nexó. Entramos em contato com jor-

⁷ O Mapa do Jornalismo Independente é um levantamento das iniciativas independentes no Brasil, realizado pela Agência Pública. Os critérios para a seleção dos portais incluem aqueles que produzem conteúdo jornalístico (blogs não são considerados), que nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

⁸ Isso significa que os portais selecionados têm obrigatoriamente um viés feminista em parte do conteúdo, mas não se propõem exclusivamente a isso.

⁹ Geralmente a biografia da equipe do site é apresentada na sessão “Quem somos”, ou “Quem faz”, podendo receber outros títulos.

¹⁰ Um exemplo é o coletivo Jornalistas Livres, que não possui apresentação da equipe.

nalistas desses portais mencionados, inicialmente via e-mail, e depois pela rede social do Twitter e pelo aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp. Realizamos entrevista semiestruturada e aplicamos questionário, entre 22 de outubro a 22 de novembro de 2019, de forma que a técnica se adequou à disponibilidade das fontes¹¹.

As jornalistas que compõem o *corpus* da pesquisa são: Paloma Vasconcelos (Ponte Jornalismo¹²), Débora Britto (Marco Zero Conteúdo¹³), Nayara Felizardo (The Intercept Brasil¹⁴) e Martha Raquel Rodrigues (Jornalistas Livres¹⁵). A coleta dos dados se deu das seguintes maneiras: Paloma Vasconcelos respondeu ao questionário por documento Word, no dia 22 de outubro; realizamos entrevista por chamada de voz pelo WhatsApp com Débora Britto e Martha Raquel Rodrigues, ambas no dia 6 de novembro; e aplicamos questionário pela ferramenta do Google Forms para Nayara Felizardo, em 22 de novembro.

A seguir, apresentamos os resultados da análise das entrevistas, com foco na trajetória das jornalistas no feminismo e no jornalismo, as características do conteúdo produzido sob a perspectiva de gênero e as concepções a respeito do Jornalismo Feminista.

4. Análise

Inicialmente, é importante apresentarmos uma breve biografia de cada jornalista, situando-as no lugar de fala¹⁶, na medida que acreditamos que as condições sociais dessas mulheres pode ter relação com a perspectiva de produção do conteúdo jornalístico.

¹¹ A entrevista semiestruturada é a técnica inicial pensada para a coleta dos dados da pesquisa, porém, nem todas as entrevistadas tinham disponibilidade para conversar, seja por chamada via WhatsApp, ou por Skype, na medida que as ligações tiveram a média de 40 minutos. Assim, optamos também por aplicar o questionário, pela possibilidade das fontes responderem quando pudessem.

¹² Ponte Jornalismo foi fundado em 2014, com sede em São Paulo-SP. Tem como foco a segurança pública, justiça e direitos humanos. <https://ponte.org/>

¹³ Marco Zero Conteúdo nasceu em 2015, sediado em Recife-PE. O coletivo tem a produção jornalística baseada em três pontos principais: semiárido nordestino, urbanismo e relações de poder. <https://marcozero.org/>

¹⁴ The Intercept Brasil foi criado em 2016, sediado no Rio de Janeiro-RJ, com foco na política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia e mídia. <https://theintercept.com/brasil/>

¹⁵ Jornalistas Livres surgiu em 2015, com sede em São Paulo-SP, cuja produção está focada em moradia, política, direitos humanos, cultura e educação. <https://jornalistaslivres.org/>

¹⁶ Para Ribeiro (2017), lugar de fala se refere ao lugar social dos sujeitos, relacionado às condições sociais do grupo, mas também considerando as experiências individuais, ainda que de forma secundária. Exemplo: uma mulher negra trans está inserida num contexto, e suas experiências têm relação com as condições de outras mulheres negras trans. Seu lugar de fala se refere às suas condições nesse contexto.

Paloma Vasconcelos, 28 anos, é branca, lésbica, reside em São Paulo/SP, formada em Jornalismo pela Fiam-Faam e atua na Ponte desde 2017. Na biografia do site¹⁷, Vasconcelos se identifica como “Jornalista da Vila Nova Cachoeirinha, região periférica da zona norte de SP. É repórter das temáticas LGBTQ+ e direitos humanos. Produziu, de forma independente, o livro ‘Transresistência: Histórias de pessoas trans no mercado formal de trabalho’”¹⁸ (2017), apresentado como trabalho de conclusão de curso da FIAM-FAAM. Em 2018, seu livro esteve entre os TCC’s apresentados no 13º Congresso Internacional da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Fez parte do time de jornalistas da Agência Mural de Jornalismo das Periferias entre 2017 e 2019”.

Débora Britto, 28 anos, é negra, residente em Recife/PE, formada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e faz parte da equipe do Marco Zero Conteúdo desde 2017. No site¹⁹, há a seguinte descrição sobre a jornalista: “Débora Britto trabalhou como jornalista no Centro de Cultura Luiz Freire - organização não governamental de defesa dos direitos humanos - é integrante do Terral Coletivo de Comunicação Popular, grupo que atua na defesa do direito à comunicação como fundamento para a garantia de outros direitos. Também tem passagem como jornalista pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, entidade voltada para ações de fortalecimento da agricultura familiar agroecológica”.

Martha Raquel Rodrigues, 25 anos, é branca, lésbica, nasceu em Americana/SP, e atualmente faz parte do Núcleo Jornalistas Livres em São Paulo/SP. Rodrigues é formada em Jornalismo pela PUC-Campinas, e embora o site não possua a biografia da equipe, foi possível verificar que parte do conteúdo produzido e publicado pela jornalista apresenta a abordagem de gênero, especialmente reportagens sobre lésbicas.

Nayara Felizardo não informou a idade, é negra, reside em Teresina/PI, formada em Jornalismo pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e trabalha no The Intercept Brasil desde 2018. Encontramos a seguinte descrição na biografia da jornalista no site²⁰:

¹⁷ <https://ponte.org/contact/autores/>

¹⁸ Primeira edição disponível em: <https://editoraflutuante.com.br/livraria/transresistencia-ebook/>, e segunda edição disponível em: <https://editoraflutuante.com.br/livraria/transresistencia-ebook-2ed/>

¹⁹ <https://marcozero.org/quem-faz/>

²⁰ <https://theintercept.com/staff/nayarafelizardo/>

“Nayara Felizardo é nordestina, formada pela Universidade Estadual do Piauí. Atua no jornalismo impresso e webjornalismo desde 2008. Também escreveu para a Revista *Revestrés* durante seis anos”. Nas pautas com abordagem de gênero, Felizardo se concentra nas mulheres do Norte e Nordeste.

Todas as jornalistas do *corpus* da pesquisa se declaram feministas, sendo que Paloma é a única que destaca a interseccionalidade, abrangendo LGBTQ+. Sobre a trajetória no feminismo, Nayara Felizardo indica que foi uma construção, sobretudo devido às relações patriarcais e machistas no próprio lar. Paloma Vasconcelos também aponta o meio familiar como importante nesse processo de construção no feminismo, com influência da avó. De forma semelhante, Débora Britto destaca o interesse pelo feminismo desde a infância, o que se consolida na universidade. E Martha Raquel Rodrigues acredita que conheceu o feminismo na militância, se diferenciando das demais entrevistadas – inclusive somente essa jornalista afirma atuar como militante feminista para além das plataformas digitais.

Sobre o contato com o feminismo na formação em Jornalismo, Nayara Felizardo e Débora Britto apontam que participaram de grupos de estudos feministas na universidade. Ambas advém de instituições públicas, sendo respectivamente a Universidade Estadual do Piauí e a Universidade Federal de Pernambuco. Em contraponto, Paloma Vasconcelos estudou na FIAM-FAAM, faculdade particular, e diz que não teve muita experiência no feminismo acadêmico. Apesar disso, Vasconcelos destaca o papel de algumas professoras, especialmente negras, que trabalharam questões feministas em disciplinas curriculares. Martha Raquel Rodrigues também é oriunda de uma instituição particular, PUC-Campinas, e ressalta o tradicionalismo na universidade, que poderia se configurar num empecilho para que as professoras do curso de Jornalismo abordassem o feminismo. Rodrigues reflete que havia uma resistência da reitoria em proporcionar esses debates, entretanto, ela conseguiu criar um coletivo feminista com o apoio e participação de outras acadêmicas, em 2015.

Dessa forma, entendemos que as trajetórias dessas jornalistas no feminismo seguem caminhos semelhantes, como o questionamentos das relações de gênero desde a infância e adolescência. As diferenças estão relacionadas ao possível maior acesso aos

movimentos sociais nas instituições públicas, como a participação em grupos feministas nas universidades, em contraponto com o indício de resistência no ensino privado.

Em relação à produção de conteúdo sob a perspectiva de gênero, Nayara Felizardo conta que o interesse por essa abordagem começou em 2018, a partir da criação do blog feminista Lasciva; Paloma Vasconcelos indica que o seu Trabalho de Conclusão de Curso, um livro-reportagem com histórias de pessoas trans, foi o pontapé para pensar em pautas para o público LGBTQ+; Martha Raquel Rodrigues reflete que a produção com abordagem de gênero sempre foi presente em seu trabalho; e Débora Britto aponta que já na universidade ela pensava em pautas com esse viés, especialmente entre 2011 e 2013, quando a jornalista fala que as feministas, inclusive ela, tiveram maior espaço de visibilidade nas redes sociais, e as questões de gênero se tornaram mais frequentes.

Assim, verificamos que a produção do conteúdo com a perspectiva de gênero pode ter relação com as experiências dessas mulheres – pessoais, no trabalho, na universidade. O contato com o feminismo pelas redes sociais e espaços na internet também é um elemento importante, conforme Débora Britto e Nayara Felizardo refletiram. Nesse sentido, ter acesso ao feminismo e aos debates sobre as questões de gênero, seja participando ou acompanhando, podem influenciar na produção de conteúdo jornalístico com esse viés.

Seguem exemplos das matérias produzidas pelas jornalistas: a reportagem “Ilegalidade do aborto reforça injustiça reprodutiva para mulheres negras”²¹, por Débora Britto para o Marco Zero Conteúdo (04/10/2019), que problematiza as condições do aborto entre as mulheres negras; o artigo “Por que falar em LGBTfobia e não homofobia”²², por Paloma Vasconcelos para a Ponte (17/05/19), em que a jornalista explica as diferenças entre sexualidade, identidade de gênero, bifobia, transfobia e LGBTfobia, na perspectiva da interseccionalidade; a reportagem investigativa “Mulheres denunciam ginecologista do Piauí por abuso sexual. Mas ele tem um promotor ‘amigo’”²³, por Nayara Felizardo para The Intercept Brasil (3/12/2018), na qual vítimas denunciam abusos sexuais cometidos por um ginecologista; e a reportagem “Banda sapatão se destaca em

²¹ <https://marcozero.org/ilegalidade-do-aborto-reforca-injustica-reprodutiva-para-mulheres-negras/>

²² <https://ponte.org/artigo-por-que-falar-em-lgbt-fobia-e-nao-homofobia/>

²³ <https://theintercept.com/2018/12/02/obstetra-abuso-piaui/>

festival com Pussy Riot”²⁴, por Martha Raquel Rodrigues para Jornalistas Livres (22/04/2019), que traz entrevista com as integrantes da banda Sapataria, abordando várias questões da lesbianidade, feminismo e lesbofobia, como o simples uso do banheiro feminino, que pode se tornar um problema para lésbicas não feminilizadas.

Sobre a escolha das pautas, as jornalistas apontam uma característica em comum nas produções voltadas para gênero: trazer questões que geralmente não são discutidas na mídia tradicional. Destaque para as entrevistadas Paloma Vasconcelos e Débora Britto, que reforçam o foco de atuação, e a jornalista pernambucana ainda reflete que suas experiências pessoais e jornalísticas são fundamentais nesse processo de pensar as pautas.

A próxima característica analisada está relacionada às fontes das matérias, para identificarmos se há prioridade pelas mulheres, assim como os estudos sobre Jornalismo Feminista indicam (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017; COSTA, 2018; ROCHA; DANCOSKY, 2018). Débora Britto pontua que busca sempre priorizar as mulheres como fontes em qualquer reportagem, também considerando a raça, seja uma matéria com perspectiva de gênero, ou não.

Nayara Felizardo e Martha Raquel Rodrigues pontuaM que priorizaM mulheres e, dependendo da pauta, direcionaM a escolha das fontes para como lésbicas, negras, trans, ETC. De maneira semelhante, Paloma Vasconcelos indica a preferência por LGBTQ+, mas que isso pode variar de acordo com a pauta.

Assim, todas as jornalistas apontam que há prioridade pelas mulheres como fontes das matérias, considerando a interseccionalidade, em consonância com a literatura sobre Jornalismo Feminista (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017; ROCHA; DANCOSKY, 2018; COSTA, 2018).

Uma das particularidades fundamentais do Jornalismo Feminista é a contraposição à imprensa tradicional. Questionamos se há diferenças entre a produção com abordagem de gênero nos veículos independentes e na mídia tradicional: Nayara Felizardo aponta que uma das distinções é em relação ao cuidado no contato com a fonte, para não expô-las, e também a forma mais delicada e atenciosa; Débora Britto avalia que não há diferenças se pensarmos na prática jornalística, mas chama atenção para as condições

²⁴ <https://jornalistaslivres.org/banda-sapatao-se-destaca-em-festival-com-pussy-riot/>

subjetivas e sociais da própria jornalista, como o contato com movimentos sociais e estudos feministas, que proporcionam um olhar diferente na produção do conteúdo.

Paloma Vasconcelos, por sua vez, explica que há diferenças essenciais, na medida que a imprensa tradicional tende a abordar de forma errada e transfóbica pautas trans, mostrando o nome de registro da fonte, por exemplo. Martha Raquel Rodrigues pondera que as empresas jornalísticas hegemônicas possuem uma rígida postura em relação às normas, e cita, como exemplo, os manuais de jornalismo, que, para além de constituir em guia do trabalho das/dos jornalistas, podem limitar a autonomia profissional, padronizando o conteúdo. E pensando nas matérias, Rodrigues indica que uma das distinções entre a perspectiva de gênero e a escrita tradicional é que a primeira é mais sensível com as fontes, assim como Nayara Felizardo apontou.

De forma geral, a produção com perspectiva de gênero dessas jornalistas mantém semelhanças com aquelas verificadas em portais especificamente feministas, desde a escolha das pautas, o contato com as fontes e a abordagem dos temas, que são questões atravessadas pela interseccionalidade. Assim, as entrevistadas reconhecem que há um posicionamento diferente quando as matérias envolvem mulheres, mas isso não significa que há temas específicos para mulheres e temas específicos para homens. Existem sim questões próprias de gênero, como feminicídio, transfobia, violência doméstica, etc., mas o jornalismo com perspectiva de gênero não se limita à cobertura dessas pautas, de forma que qualquer editoria pode ser atravessada por esse viés, seja a política, educação, esporte, cultura, saúde, economia, etc. Nesse sentido, Costa (2018) aponta que todos os assuntos que circulam na sociedade têm impacto na vida das mulheres, e que a perspectiva de gênero pode ser contemplada em qualquer notícia.

Por fim, pretendemos analisar as concepções das jornalistas em relação ao Jornalismo Feminista, para verificarmos se elas se aproximam ou se distanciam dessa abordagem a partir desse termo específico. Nayara Felizardo e Paloma Vasconcelos afirmam não conhecer o Jornalismo Feminista enquanto proposta de produção, mas conseguem definir das seguintes formas:

Essa classificação [Jornalismo Feminista] eu não conheço, mas entendo que todas as matérias que trazem pautas feministas, voltadas para a liberdade e igualdade das mulheres, sem estereótipos, possam se encaixar. (FELIZARDO, 2019)

Eu nem sabia que estavam chamando esse tipo de jornalismo de Jornalismo Feminista, para ser sincera. [...] Mas o que me vem à cabeça é um jornalismo que busca fortalecer as pautas feministas para equiparar a desigualdade de gênero na sociedade. (VASCONCELOS, 2019)

Ambas conceituam de maneira semelhante, como um jornalismo ligado às pautas feministas, com um escopo fechado nisso. Martha Raquel Rodrigues relaciona sua produção jornalística com o Jornalismo Feminista, e estabelece ligação entre esse tipo de prática e os movimentos. Para ela, o Jornalismo Feminista é aquele que constitui espaço de voz:

Jornalismo Feminista pra mim é o que eu sei fazer pra dar voz naquilo que eu acredito, porque a nossa vida já é tão conturbada, tão doída, que às vezes você não tem tempo de ir num ato, ou quando você vai num ato, você vai para cobrir, você não tem tempo de se engajar em outros projetos, então pra mim eu faço porque eu dou voz ao que eu acredito através do meu trabalho, que é o que eu sei fazer. Então eu faço o que eu posso, se a minha forma de contribuir pra isso é escrevendo uma reportagem, que bom! (RODRIGUES, 2019)

Débora Britto busca refletir a terminologia e a atuação do Jornalismo Feminista, trazendo diversos questionamentos. Para ela, o Jornalismo Feminista pode estar carregado de estereótipos, o que pode se tornar um problema para as jornalistas:

Eu não sei se eu diria que existe um Jornalismo Feminista de gênero, eu não sei se a gente deveria reivindicar que existe um jornalismo desse tipo. [...] Eu entendo que falar em Jornalismo Feminista talvez seja colocar numa caixinha, pelo estigma que existe em grandes redações, por exemplo, ‘você está escrevendo apenas para mulheres, você está escrevendo apenas para mulheres feministas, você está escrevendo apenas para mulheres negras’. Isso é colocado como uma coisa menor, do que o jornalismo econômico, por exemplo. [...] Se eu fizer um bom jornalismo, e começar a pensar que o feminista ou de gênero não é uma coisa menor do que está colocado pela sociedade, isso me basta. Eu não tenho uma posição firme, porque entendo ao mesmo tempo que movimentos precisam se delimitar, de certa maneira. (BRITTO, 2019)

Débora Britto entende que pluralizar as/os profissionais nos veículos jornalísticos, pensando na interseccionalidade, é o ideal para que mais conteúdos que questionem a hegemonia e a heteronormatividade sejam produzidos. Entretanto, Vecchio-Lima e Souza (2017) explicam que não basta que as redações tenham diversidade de gênero, pois muitas vezes o conteúdo produzido por mulheres continua reproduzindo estereótipos e invisibilizando as mulheres. Diaz (2019) pontua que as desconstruções de estereótipos na mídia dependem de mulheres no lugar de fala.

Interessante observar que Débora Britto pontuou que o feminismo é importante na construção da sua prática jornalística – além de outros fatores, como a experiência de vida, o lugar de fala –, mas utilizar o termo Jornalismo Feminista como definição do seu trabalho pode ser visto como limitador. Semelhante a isso, as entrevistadas da pesquisa de Costa (2018) acreditam que o termo “Jornalismo Feminista” pode restringir as abordagens, ao passo que “jornalismo com perspectiva de gênero”, pode ampliar.

Assim, notamos a preocupação dessas jornalistas em considerar mulheres de diferentes raças, gênero, condição econômica e social, nas pautas, fugindo da heteronormatividade presente na mídia tradicional, e problematizando essas questões. Sobre as concepções do Jornalismo Feminista, as entrevistadas entendem esse tipo de produção como aquela ligada aos temas de interesse do feminismo, mas não conseguem se reconhecer nesse enquadramento.

5. Considerações finais

A pesquisa pretendia analisar as concepções sobre Jornalismo Feminista entre mulheres jornalistas que atuam em portais independentes. As entrevistadas indicaram que são feministas, têm ou tiveram contato com feminismo(s), e entendem como importante questionar as relações e condições de gênero.

As jornalistas apontaram características do Jornalismo Feminista em suas produções, bem como a literatura indica, como a prioridade por mulheres – no sentido interseccional – na construção das matérias, como fontes e nas abordagens, a contraposição ao jornalismo tradicional, hegemônico e heteronormativo, e a abordagem de gênero em parte do conteúdo.

Por outro lado, as jornalistas têm concepções limitadas sobre o Jornalismo Feminista, relacionando-o às pautas feministas, e isso pode ser atribuído ao próprio termo, que pode gerar esse estereótipo. Nesse sentido, é relevante trazer a reflexão de Débora Britto, sobre o risco dessa terminologia reduzir a prática profissional e colocar a jornalista na “caixinha feminista”.

Tendo em vista a problemática do termo Jornalismo Feminista, defendemos sua ressignificação, conforme Rocha e Dancosky (2018) propunham “jornalismo com perspectiva de gênero” em seus estudos. Para fins conceituais, compreendemos o jornalismo

com perspectiva de gênero como transversal e especializado, que se contrapõe à mídia hegemônica e heteronormativa, priorizando a interseccionalidade das mulheres (raça, gênero, classe social) na produção do conteúdo com abordagem de gênero (desde a escolha da pauta e as fontes, até a forma de apresentação do conteúdo, como ilustração, foto).

A contribuição desta pesquisa é entender que o jornalismo com perspectiva de gênero não está presente apenas nos espaços especificamente feministas, conforme foi verificado, e não é um viés limitador do trabalho das jornalistas. Dessa forma, é possível elaborar uma matéria que problematize a atuação das mulheres durante a pandemia, voltada para a perspectiva de gênero, e outra que não tenha esse objetivo, e ambas vão continuar falando sobre a crise pandêmica, mas com abordagens diferentes e pluralidade de enfoques.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora (Org.). **Elas ocuparam as redações**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. **Vozes e Diálogo**, Itajaí, v. 14, n. 2, p. 190-199, 2015.
- BRITTO, Débora. **Entrevista concedida à Nayara Nascimento de Sousa**. 6 nov. 2019.
- CORUJA, Paula. Comunicação e Feminismo: um panorama a partir da produção de teses e dissertações do campo da Comunicação entre 2010 e 2015. **Revista Ártemis**, v. 25, n. 1, p. 148-162, 2018.
- COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo Feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2018.
- DIAZ, Liz Ribeiro. **Masculino, o gênero do jornalismo?** O tensionamento entre a representação da mulher na mídia tradicional e o movimento feminista em redes sociais digitais. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Porto Alegre: UFRGS, 2019.
- DUARTE, Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX**, v. 1, n. 4, p. 95-105, 2017.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Apontamentos sobre a formação de uma crítica feminista de mídia no Brasil. In: BIANCHI, Graziela; WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani (Org.). **Gênero, mídia & lutas sociais**: percepções críticas e experiências emancipatórias. Ponta Grossa: UEPG, p. 11-27, 2018.

FELDMANN, Anna Flávia. **Feminismo em pauta**: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo: USP, 2018.

FELIZARDO, Nayara. **Questionário respondido à Nayara Nascimento de Sousa**. 22 nov. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** (Série: Feminismos Plurais). Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Paula Melani; DANCOSKY, Andressa Kikuti. A diversidade de representações da mulher na cauda longa do jornalismo independente sobre gênero. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 139, p. 389-408, dez 2018-mar 2019.

RODRIGUES, Martha Raquel. **Entrevista concedida à Nayara Nascimento de Sousa**. 6 nov. 2019.

SANTOS, Juliana da Costa. **Tudo muda, mas nada muda**: um comparativo entre o jornalismo feminista brasileiro dos anos 70 e os dias atuais. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo. Recife: UFPE, 2018.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0**: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016). Tese (doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2017.

UNESCO. **Journalism, press freedom and COVID-19**. Paris, 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/unesco_covid_brief_en.pdf

VASCONCELOS, Paloma. **Questionário respondido à Nayara Nascimento de Sousa**. 22 out. 2019.

VECCHIO-LIMA, Myrian Del; DA DE SOUZA, Humberto Cunha Alves. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. **Media & Jornalismo**. v. 17, n. 31, Lisboa: Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2017.

WOITOWICZ, Karina Janz. Marcos históricos da inserção das mulheres na imprensa: a conquista da escrita feminina. **Jornal Alcar**, v. 1, p. 1-7, 2012.

WOITOWICZ, Karina Janz. Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. In: **VI Congresso Nacional de História da Mídia**. Niterói: UFF, 2008.